

# NOTAS ECONÓMICAS

3

**ROBERT BOYER** LES CAPITALISMES VERS LE XXI<sup>ème</sup> SIÈCLE (I)

**PAULINO TEIXEIRA** TAX DISTORTIONS AND THE INTER-INDUSTRY WAGE STRUCTURE

**ADELINO FORTUNATO** ESTRUTURAS DE MERCADO, INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E PODER DE MONOPÓLIO

**MARGARIDA ANTUNES** A COORDENAÇÃO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS MACROECONÓMICAS

**MARIA DE FÁTIMA PINHO/JOSÉ COSTA** AS FUNÇÕES PREÇO-HEDÓNICAS NO MERCADO DE HABITAÇÃO

**JOÃO ARRISCADO NUNES** A POÉTICA E A POLÍTICA DA CIÊNCIA ECONÓMICA

REVISTA DA FACULDADE DE ECONOMIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



## A Poética e a Política da Ciência Económica: para uma sociologia da economia\*

**João Arriscado Nunes** Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

A ciência económica ocupa uma posição central nas sociedades contemporâneas enquanto discurso sobre o mundo e a sociedade, sobre o vínculo político e a responsabilidade moral, sobre a relação entre o indivíduo e a sociedade (Wolfe, 1989). Ela tornou-se uma referência fundamental para a legitimação de algumas das formas de tecnologia social dominantes — como a gestão, a administração, o planeamento ou a contabilidade —, através da aplicação a diferentes domínios da vida social de conceitos como racionalidade, eficiência, escolha, escassez, qualidade, custo, benefício, investimento ou competitividade, entre outros. Ao mesmo tempo, tem vindo a alargar-se consideravelmente o território reivindicado pela ciência económica como seu. Existe hoje uma economia da saúde, da educação, da cultura, da família, do ambiente, do bem-estar, da corrupção, do suicídio ou da fecundidade. De facto, a economia tornou-se o meio por excelência de alargamento da racionalidade cognitivo-instrumental característica da ciência moderna à generalidade dos domínios da vida social<sup>1</sup>.

\* Este artigo é uma versão consideravelmente revista de uma comunicação apresentada ao Primeiro Encontro de Economistas de Língua Portuguesa, Porto, 5 a 8 de Abril de 1993. A presente versão foi proposta para publicação em *Notas Económicas* em Janeiro de 1994.

<sup>1</sup> Tal não é de estranhar, dado que a ciência económica, na sua versão neoclássica, tomou como modelo para a sua auto-representação, enquanto ciência, a física dos campos. Um exemplo documentado desta relação é discutido por Mirowski (1988, 1989), a propósito da noção de "equilíbrio" e da sua origem, e, em particular, da relação metafórica entre o conceito económico de "utilidade" e o conceito físico de "energia". Posteriormente, essa relação metafórica viria a ser "esquecida" graças à formalização matemática, que evitava a necessidade de referência a objectos específicos e, em especial, à diferença entre os objectos da física e os da economia. Note-se, ainda, que a economia é a única ciência social incluída no elenco dos Prémios Nobel, o que, presumivelmente, contribuiu para acentuar a imagem corrente da sua proximidade com as ciências "duras".

Independentemente da avaliação que possa fazer-se da pertinência destas abordagens e do alargamento dos temas tratados pela economia, não é possível negar a importância desta na maneira como hoje falamos da sociedade e da acção social. Esta expansão da economia é atravessada, contudo, por uma tensão entre, por um lado, a afirmação — não poucas vezes denunciada como arrogante e impertinente — do seu estatuto de ciência, de forma de conhecimento especializada e socialmente útil, capaz de fornecer recursos para a análise da realidade e para a definição de cursos de acção, e, por outro, a sua imagem de uma disciplina pouco fiável, cujas previsões são frequentemente comparadas às da meteorologia. Outra manifestação da centralidade da ciência económica pode ser localizada na importância dos argumentos que a ela recorrem ou que a tomam como alvo no decorrer de controvérsias ou polémicas públicas. Nestes casos, o discurso económico funciona, geralmente, como o discurso da necessidade, da viabilidade e do realismo e, alternativamente, como alvo de denúncias de reducionismo e de desumanização da realidade social, denúncias que são frequentemente expressas em termos de acusações de "economicismo".

### Ciência económica e sociedade: poética e política

Apesar da reconhecida importância social da ciência económica e, em particular, das suas traduções "vulgares" que se constituem em diferentes modalidades de senso comum económico, continuam a ser raras as abordagens sociológicas da economia enquanto actividade científica, da sua produção, dos processos através dos quais ela se difunde — e transforma, através desse processo de difusão — para além dos meios académicos e profissionais em que é produzida, e dos seus usos em diferentes contextos e situações sociais. O presente artigo pretende apresentar e discutir, de forma necessariamente breve e preliminar, as linhas gerais do que pode ser uma abordagem sociológica da ciência económica, a partir de



alguns desenvolvimentos recentes no âmbito dos estudos sociais das ciências e da tecnologia, da sociologia das instituições e da sociologia da cultura. A abordagem proposta pressupõe, num primeiro momento, a suspensão da prática corrente, na sociologia, da *denúncia* da economia — e, em particular, das correntes subsumidas na designação de “economia neoclássica” — com base no seu alegado irrealismo e inadequação à descrição e análise da vida económica e, por extensão, da sua adequação à análise de outros domínios da vida social<sup>2</sup>. Em seu lugar, são propostas abordagens da ciência económica semelhantes às que têm sido desenvolvidas na investigação sobre as ciências da natureza ou sobre os sistemas tecnológicos no âmbito dos estudos sociais da ciência<sup>3</sup>.

2 Sobre as abordagens sociológicas da vida económica e a crítica da economia, veja-se, entre outros, Hirsch *et al.*, 1987; Swedberg, 1989; Swedberg *et al.*, 1987; Thévenot, 1986, 1989; Granovetter e Swedberg, 1991, especialmente a Introdução. Para uma crítica da economia informada sociologicamente, mas da autoria de dois economistas, veja-se Perret e Roustang, 1993. O sociólogo Fred Block (1990) procedeu a uma crítica pormenorizada de conceitos centrais da teoria económica, como os de mercado, trabalho, capital, produto e crescimento, e propôs a sua redefinição, com vista a adequá-los aos desafios teóricos e analíticos suscitados pela passagem ao que designa por “pós-industrialismo”.

3 Veja-se, entre outros, Knorr-Cetina, 1981; Latour e Woolgar, 1986 (1ª edição de 1979); Latour, 1987; Lynch, 1985; Collins, 1985; Mulkay, 1985; Traweek, 1988; Callon, 1989; Callon *et al.*, 1986; Lynch e Woolgar, 1990; Mukerji, 1989; Centre de Sociologie de l'Innovation, 1992. Sobre as (ainda raras) incursões na economia, veja-se Weintraub, 1991b; Knorr-Cetina, 1991; Collins, 1991 e Cartwright, 1991, e, sobretudo, o estudo pioneiro de Ashmore *et al.* (1989). Alguns estudos recentes no campo da história da ciência económica — como os de Mirowski (1988, 1989) sobre a relação entre a física e a economia, o de Weintraub (1991a) sobre a construção do saber económico a partir da história dos conceitos de dinâmica, estabilidade e equilíbrio, ou o de Milberg (1993) sobre os usos do conceito de natureza na teoria económica — adoptam perspectivas muito próximas das que foram acima referidas.

O volume organizado por Pickering (1992) apresenta, talvez, o melhor panorama geral do estado da questão nos estudos sociais da ciência, apesar de algumas omissões surpreendentes — como, por exemplo, a de contribuições oriundas de algumas das correntes feministas que tiveram intervenções fundamentais nos

debates neste domínio ao longo da última década (o capítulo da autoria de Sharon Traweek constitui a excepção). Para uma excelente introdução aos estudos sociais da ciência a partir de uma perspectiva pragmática e interaccionista, com uma bibliografia muito completa, veja-se Clarke e Gerson, 1990.

4 Este tipo de análise pressupõe o recurso aos instrumentos desenvolvidos pela teoria literária, abordando os textos científicos como um género literário particular, susceptível de ser tratado como outros géneros — tais como o romance, a poesia, o drama, etc. — e caracterizado, como estes, por convenções específicas e pelos usos de determinados processos de descrição, narração e argumentação, através dos quais se procura produzir uma forma particular de *autoridade científica*,

debates neste domínio ao longo da última década (o capítulo da autoria de Sharon Traweek constitui a excepção). Para uma excelente introdução aos estudos sociais da ciência a partir de uma perspectiva pragmática e interaccionista, com uma bibliografia muito completa, veja-se Clarke e Gerson, 1990.

4 Este tipo de análise pressupõe o recurso aos instrumentos desenvolvidos pela teoria literária, abordando os textos científicos como um género literário particular, susceptível de ser tratado como outros géneros — tais como o romance, a poesia, o drama, etc. — e caracterizado, como estes, por convenções específicas e pelos usos de determinados processos de descrição, narração e argumentação, através dos quais se procura produzir uma forma particular de *autoridade científica*,



capacidade de funcionar como meios de *acção simbólica*, isto é, de acção produtora de sentido e, por isso, distinguível do “mero movimento” (Burke, 1989).

O termo “política” é utilizado, aqui, num sentido muito geral, designando os processos de articulação entre a ciência económica, os seus discursos e as representações que produz, por um lado, e, por outro, a capacidade de constituir associações mais ou menos estáveis e duráveis de pessoas, de coisas e de instituições dotadas de capacidade de intervir sobre diferentes tipos de processos sociais e de influenciar o seu desenrolar — bem como de contribuir para o processo inverso, de separação e dissociação de pessoas, coisas e instituições, de modo a reduzir ou eliminar o seu poder social. O recrutamento de apoiantes ou aliados para a defesa e divulgação de posições teóricas ou de medidas políticas legitimadas pela referência à ciência económica, ou a transformação de enunciados desta em senso comum económico, através de operações de divulgação e de popularização, constituem

baseada em critérios como a objectividade e a impessoalidade. Estas, de facto, são um *efeito* da utilização de certos procedimentos de escrita e recursos retóricos. Sobre este ponto, veja-se, para a economia, McCloskey, 1983, 1985, 1990, 1993; Klamer *et al.*, 1988; Ashmore *et al.*, 1989; para a sociologia, Brown, 1977, 1987, 1989, 1992; Edmondson, 1984; Atkinson, 1990; Hunter, 1990; Clough, 1992; Van Maanen, 1988; para a antropologia, Clifford e Marcus, 1986; Clifford, 1988; e, para uma discussão geral do tema em relação à ciência, Santos, 1989. Para duas abordagens fundamentais da importância da retórica e da autoridade dos discursos científicos na definição dos problemas públicos, veja-se Gusfield, 1981, e Hirschman, 1991. Uma excelente e acessível introdução aos conceitos e métodos desenvolvidos pela teoria literária, com inúmeros exemplos de aplicação a diferentes tipos de discursos e de textos, pode ser encontrada em Lentricchia e McLaughlin, 1990. A análise textual deve ser completada com a análise da iconografia e das representações visuais na economia, nomeadamente das representações gráficas. Também aqui é possível encontrar fundamentos comuns às formas de representação científicas e não-científicas, permitindo uma utilização produtiva de métodos e conceitos desenvolvidos para a análise das artes plásticas ou da fotografia ( cf. Lynch e Woolgar, 1990, e Fyfe e Law, 1988).

instâncias frequentes dessa dimensão política. A sua análise sociológica passa pelo estudo dos contextos sociais e institucionais do trabalho dos economistas e dos usos da ciência económica. Note-se que a distinção entre as dimensões poética e política da ciência económica é uma distinção analítica, e não deve fazer esquecer que a eficácia e o poder da economia enquanto discurso sobre a sociedade estão dependentes da sua inter-relação e constituição mútua.

A crítica sociológica da economia — assim como outras formas de crítica, denúncia ou rejeição desta — é reintroduzida, num segundo momento enquanto, ela própria, objecto de análise submetido a um tratamento *simétrico* daquele a que é sujeita a própria ciência económica, isto é, sem que a essa crítica seja concedido um estatuto privilegiado enquanto forma de conhecimento. Não se trata, assim, de contrapor o alegado irrealismo do discurso económico à “realidade” do trabalho de produção e aplicação da ciência económica — em termos que não deixam de lembrar a oposição, formulada pelos sociólogos do direito, entre a *law in books* e a *law in action* —, mas de analisar e explicitar as relações entre um e outro e, em especial, os “efeitos de realidade” decorrentes dos usos sociais do saber económico. Nos termos de Bruno Latour (1987), trata-se de abrir a “caixa preta” da ciência económica, de examinar o modo como ela se constitui através de processos sociais envolvendo diferentes tipos de actores individuais e colectivos, de objectos e de convenções, associados e dissociados de maneira mais ou menos estável, mas também de acompanhar o modo através do qual ela se consolida ou, alternativamente, se enfraquece, através de redes de mediadores e de mediações que a transformam num elemento central da construção da ordem e da dinâmica sociais. Por outras palavras, é necessário investigar o modo como diferentes *inputs* — o corpo de conhecimentos, de enunciados, de práticas, de textos e de objectos constitutivos da disciplina e a que se referem os economistas no seu trabalho, o enquadramento institucional deste e as suas condições de financiamento, as características sociais dos actores envolvidos e os efeitos da sua pertença a uma diversidade de configurações de universos sociais diferentes



— se transformam em enunciados que resistem à refutação e à circulação entre diferentes situações e contextos sociais, bem como as formas de “conversão reguladora” (Santos, 1989), que simultaneamente constroem e tornam possível esse processo. Esta abordagem é inseparável do estudo dos discursos e representações através dos quais o saber económico se torna um saber transportável e comunicável entre contextos e situações, bem como dos próprios contextos e situações em que esse saber é mobilizado e articulado.

O objectivo deste artigo é o de esboçar, de maneira geral e esquemática, um programa de pesquisa para o estudo da economia enquanto ciência, da sua produção no contexto de actividades organizadas e localizadas, observáveis e descritíveis, e dos seus usos sociais, ligados ao accionamento da economia enquanto dimensão de legitimação de tecnologias mobilizadas em diferentes domínios da vida social, através do trabalho de profissionais com formação nesse domínio — como os economistas ou os gestores — e da generalização de instrumentos de gestão e de contabilidade social também legitimados pela referência à ciência económica<sup>5</sup>.

### Algumas direcções de pesquisa

#### a) Os laboratórios da economia

Começamos por considerar o modo como os economistas produzem o saber económico através das suas actividades quotidianas, incluindo as diferentes formas que esse saber assume, mais próximas do pólo “teórico” ou do pólo “aplicado”, do pólo “formal” ou do pólo “empírico”. Esse trabalho de produção do saber pode ser objecto de investigação recorrendo a procedimentos análogos aos que têm sido utilizados para o estudo de outras ciências, como a neurofisiologia, a física de partículas ou a astronomia, por exemplo, mas tendo em conta a especificidade dos “laboratórios” em que os economistas trabalham e dos tipos de conhecimento que

produzem. Diferentes abordagens etnográficas e documentais podem ser mobilizadas para esse fim. Tal como acontece em relação ao estudo de outros domínios da ciência, também aqui as características da investigação, os problemas tratados e os resultados produzidos variarão em função do grau de familiaridade do investigador com a ciência económica, por um lado, e, por outro, das modalidades e intensidade do seu envolvimento nos mundos sociais em que se desenrola o trabalho dos economistas — envolvimento esse que pode ir da participação plena como membro “de boa fé” nos contextos em que tem lugar esse trabalho — como propõe a etnometodologia (Lynch, 1985) — até à observação em posição exterior a esses contextos, passando pela participação baseada em diferentes graus de familiaridade e de envolvimento com o “terreno”, em diferentes modalidades de criação de proximidade ou de estranhamento em relação ao domínio e aos actores estudados, e na referência a diferentes tradições teóricas na sociologia e na antropologia (Knorr-Cetina, 1981; Latour e Woolgar, 1986; Collins, 1985; Traweek, 1988).

A ciência económica, nesta perspectiva, é definida como uma actividade colectiva, organizada com base numa divisão do trabalho, e envolvendo processos de cooperação, negociação e conflito entre aqueles que a produzem. Essa actividade colectiva tem lugar enquanto processo institucionalizado, “estabilizado” através de uma variedade de convenções e de “investimentos de forma” — isto é, da criação, sujeita a um custo, de relações estáveis, válidas para um certo período de tempo, dando origem a instrumentos de equivalência caracterizados pela sua estabilidade e pelo seu domínio de validade, como acontece com os conceitos económicos (Thévenot, 1986). Esses instrumentos de equivalência permitem a redução de entidades complexas a indicadores manejáveis. A “economia” pode, assim, ser definida em termos de um conjunto de indicadores — PIB, PIB *per capita*, PNB, taxa de crescimento, taxa de inflação, taxa de desemprego, formação bruta de capital fixo, balança comercial, balança de pagamentos, défice orçamental, etc. A formalização e quantificação destes indicadores permite não

<sup>5</sup> Para um exemplo recente de análise sociológica dos usos da ciência económica, veja-se Ashmore *et al.*, 1989. Alguns historiadores da ciência económica têm produzido contribuições nesta linha; um lugar à parte é ocupado, nesse domínio, por Albert Hirschman (veja-se, nomeadamente, Hirschman, 1977, 1982, 1984, 1986, 1990).



só representar a “economia” em termos de um sistema de contabilidade social, mas também proceder a manipulações dos indicadores e das suas relações de modo a simular cenários e a elaborar projecções. A formalização matemática permite, também, a construção de mundos ficcionais em que se torna possível examinar o comportamento de variáveis não constringidas pelos factores “não-económicos” que povoam o mundo “real”. Estes procedimentos configuram as formas específicas de *trabalho conceptual* (Pickering e Stephanides, 1992) na ciência económica, isto é, o trabalho de produção de conceitos e de relações entre conceitos, de modo a referir-los ao corpo de saberes e de práticas constitutivo da disciplina e aos consensos e debates que nela têm lugar<sup>6</sup>, ou, em termos kuhnianos, ao(s) paradigma(s) disciplinar(es). Tal actividade envolve uma diversidade de actores — não apenas os economistas, mas também os produtores de informação estatística ou de sistemas de contabilidade, por exemplo — e de recursos de diferentes tipos, que são articulados em redes correspondendo a configurações de sentido.

O ensino da economia, os seminários, colóquios, congressos, painéis e outros tipos de *forum* em que os economistas debatem a suas ideias e concepções e em que se torna suas observáveis o trabalho da argumentação e da demonstração constituem ocasiões privilegiadas de observação do trabalho de produção da ciência económica. No plano da metodologia, tal implica observar essas situações directamente, acompanhar os debates, discussões e demonstrações, identificar os diferentes recursos mobilizados nessas ocasiões, os instrumentos de objectivação, estabilização e fixação que tornam o saber comunicável e transmissível. A ideia central destes procedimentos é examinar o trabalho localizado de produção e partilha do saber económico, de construção desse saber na e pela interacção, através de actividades

<sup>6</sup> Os ensaios reunidos no volume organizado por Boyer *et al.* (1991) constituem, no seu conjunto, um interessante exemplo de trabalho conceptual em torno do tema da irreversibilidade nos processos económicos. Para dois estudos históricos exemplares do trabalho conceptual na economia, veja-se Mirowski, 1989, e Weintraub, 1991a.

organizadas, e dos diferentes constringimentos e recursos presentes nessas situações, mobilizáveis e articuláveis pelos actores no quadro de actividades observáveis e descritíveis. Trata-se, por outras palavras, de observar e descrever o funcionamento dos “laboratórios” dos economistas e a produção de *inscrições* (textos, fórmulas, representações gráficas e numéricas, matrizes de *input-output*, etc.) através da actividade realizada nesses laboratórios (Latour, 1987; Latour e Woolgar, 1986).

Complementarmente, devem ser discutidas com os actores as suas concepções do que caracteriza o trabalho do economista enquanto trabalho específico e como tal reconhecível e identificável, e os critérios que permitem avaliar o que é um “bom” argumento, ou quais são os procedimentos correctos de pesquisa ou de demonstração. Essa tarefa pode ser realizada através de entrevistas semiestruturadas com economistas, professores de economia, estudantes, profissionais ligados aos usos sociais da economia, através de discussões de grupo, ou ainda através da observação de situações “naturais” em que essas questões emergem e são explicitadas. Alguns dos tópicos relevantes a considerar seriam, por exemplo:

- o que distingue o trabalho específico de “fazer economia” de outros tipos de trabalho?
- o que é, para um economista, um bom argumento? Uma boa teoria? Um bom modelo? Um trabalho metodologicamente correcto? Um bom indicador económico? Uma política económica correcta? Bons dados ou boa informação económica? Um problema económico? Uma solução adequada para um dado problema económico?
- como avaliar a boa ou má “saúde” da economia?
- existe um corpo de saber comum aos economistas, independentemente da corrente a que pertencem, e persistindo para além dos diferentes contextos políticos e sociais?
- há cumulatividade do saber económico? Como responde a disciplina a modificações nos contextos históricos da sua produção?
- que critérios permitem distinguir “correntes” ou “escolas” na economia?



— que relações mantém — ou, alternativamente, que relações deveria manter — a ciência económica com outros domínios da vida social, nomeadamente a política e a administração pública, a educação, a cultura ou a saúde?

— quais os limites, a validade e a utilidade das projecções e dos cenários construídos com base na ciência económica?

### **b) A retórica da economia e a sociologia da retórica económica**

A força persuasiva da ciência económica enquanto discurso sobre a realidade não assenta, apenas, na afirmação da sua autoridade enquanto ciência. É necessário ter em conta, para a explicar, outras dimensões. Uma dessas dimensões é a da retórica disciplinar da economia, das formas de representação produzidas e utilizadas pelos economistas para comunicar o seu conhecimento e persuadir diferentes auditórios. Como mostraram, entre outros, McCloskey e Klamer (McCloskey, 1983, 1985, 1990, 1993; Klamer, 1984; Klamer *et al.*, 1988), esse trabalho de argumentação e persuasão passa pela mobilização da “tétrada retórica”: o apelo aos factos, à lógica, à metáfora e à narrativa.

A abordagem da retórica da economia implica uma análise da literatura económica, dos textos de divulgação económica, das representações gráficas e visuais, em suma, do que designei mais acima por inscrições. Para além disso, é importante examinar a retórica dos economistas e da economia em função da diversidade dos seus auditórios. Os recursos mobilizados para a argumentação terão, necessariamente, de variar conforme o auditório seja constituído por outros economistas, por profissionais que recorrem ao saber económico como saber prático, por políticos ou administradores responsáveis pela elaboração e execução de políticas económicas, por empresários e gestores, por trabalhadores assalariados, por leigos informados ou pelos públicos dos meios de comunicação social. O não reconhecimento desta especificidade dos auditórios e das formas adequadas de argumentação conduz, geralmente, à incapacidade de convencer os destinatários do discurso económico, e à tendência para reforçar a imagem da ciência

económica como um discurso especializado e inacessível. A força da economia junto de auditórios não-especializados assenta, de facto, na capacidade de construir uma maneira de falar da realidade apoiada num conjunto de ideias simples e facilmente assimiláveis pelo senso comum, “enquadrando”, ao mesmo tempo, essas ideias através do recurso a uma imagem do mundo que as naturaliza e as torna evidentes. Assim, por exemplo, construir uma representação do mundo segundo a imagem do mercado, e das pessoas como maximizadores de utilidades, guiados pelo seu interesse, torna plausíveis e “naturais” as definições de racionalidade ou de eficiência características da ciência económica na sua versão neoclássica. É importante, por isso, que a análise da retórica da economia seja articulada com uma sociologia da retórica económica, que examine as características e os usos dessa retórica em função de diferentes tipos de utilizadores e de auditórios<sup>7</sup>.

### **c) Redes, mediações e traduções: a economia como tecnologia social**

É fundamental contudo, dar um passo adicional, que permita examinar os diferentes contextos e situações em que o saber económico é socialmente utilizado, traduzido e articulado com outras formas de conhecimento e com uma pluralidade de recursos que não se cingem aos que são geralmente mobilizados pelo economista. As redes de aliados, de mediadores e de mediações são fundamentais para compreender o modo como se constrói socialmente a expansão simbólica da economia como saber, e como esta se materializa em diferentes tipos de objectos, de tecnologias e de relações de poder.

O trabalho de *tradução* é, neste contexto, fundamental (Latour, 1987; Callon, 1989; Callon *et al.*, 1986). Esse trabalho — que pode ser definido, em termos sucintos, como o trabalho de “alistar” aliados — envolve a geração de irreversibilidades, de

<sup>7</sup> Vejam-se as referências na nota 3, *supra*. Para um exemplo pioneiro de análise sociológica da retórica incidindo sobre o direito, veja-se Santos, 1980, e, sobre a ciência, Santos, 1989. Alguns dos ensaios incluídos em Klamer *et al.* (1988) apontam nesta direcção.





investimentos de forma que aparecem aos actores como sólidos e necessários, em virtude dos custos e dos esforços envolvidos na sua desconstrução. É esse trabalho de tradução que permite transportar convenções e investimentos de forma entre diferentes contextos e domínios da vida social, tornando possível a expansão simbólica da economia para além dos domínios correntemente definidos como “económicos” e a definição de novos objectos e formas de acção como económicos. Um exemplo típico destes processos de tradução é a imposição de formas de contabilidade social e de classificação das pessoas e das coisas que são elaborados em função das categorias definidas pela ciência económica.

Os imperativos de discriminação, classificação, agregação e quantificação impostos por essas formas constituem uma maneira de transformar seres, objectos e actividades qualitativamente distintos em quantidades agregáveis, comparáveis e a que pode atribuir-se um valor contabilístico. São conhecidas algumas das dificuldades que estes procedimentos criam a instituições ou organizações que funcionam, precisamente, segundo uma lógica de afirmação da sua irredutibilidade a esses formatos contabilísticos — por exemplo, em domínios como a cultura, a educação ou a ciência. Ao tornarem inviáveis essas actividades se elas não se conformarem com esses formatos contabilísticos — que servem de base, por exemplo, a decisões ligadas ao financiamento e à avaliação de desempenho de instituições e organizações —, essas formas de tradução contribuem para reforçar a imagem da economia como o discurso racional e insubstituível sobre os constrangimentos ligados à escassez de recursos. É através delas que é reforçada a imagem dos postulados da ciência económica como factos científicos — isto é, seguindo a definição de Callon (1989: 9), como enunciados contestáveis, amplamente difundidos, mas que deixaram de ser contestados em virtude dos custos envolvidos nessa contestação. Um argumento semelhante poderia ser avançado para os indicadores económicos, que se tornam *porta-vozes* reconhecidos da “realidade” da economia, passando esta a ser definida em função dos indicadores

seleccionados. Assim se explica, por exemplo, como em certas épocas e em certos contextos indicadores como a inflação ou o défice orçamental se tenham tornado indicadores fundamentais da “saúde” da economia e, noutras épocas e contextos, outros indicadores apareçam como centrais, como é o caso da taxa de desemprego ou da distribuição funcional do rendimento. Finalmente, note-se que estes investimentos de forma estão na base de muitos dos discursos periciais que adoptam, em geral, o formato da contabilidade baseada na economia e nas categorias da economia. Tendem, aliás, a multiplicar-se os saberes periciais que, de diferentes formas, procuram a sua legitimação científica na economia (gestão, administração, direito financeiro, reestruturação das empresas em risco de falência, higiene e segurança no trabalho, planeamento, etc.).

#### **d) O discurso económico e as controvérsias públicas**

A economia é rotineiramente mobilizada em controvérsias públicas, quer através da sua cooptação como recurso para a argumentação, quer enquanto objecto de denúncia. As situações de controvérsia pública constituem, sem dúvida, uma das instâncias mais interessantes de uso social da ciência económica. Tal deve-se, em primeiro lugar, à exigência de explicitação e de justificação associada a esse uso, obrigando os que recorrem à argumentação económica a colocá-la em confronto com outras formas de argumentação e outras lógicas (Boltanski e Thévenot, 1989, 1991; Chateauraynaud, 1991). Essas situações de controvérsia podem ter lugar entre especialistas, em torno de problemas teóricos. Uma fonte privilegiada para o estudo destes tipos de debates — para além da observação directa do seu desenrolar ou dos respectivos registos áudio ou vídeo — é a literatura especializada, particularmente as revistas e as actas de colóquios ou congressos científicos. Mas os debates entre especialistas podem também ter lugar em torno de problemas ligados à intervenção na vida económica, ou à definição e avaliação de políticas económicas, como na discussão de temas como o Orçamento do Estado, as Grandes Opções do Plano, a política monetária e cambial, a política fiscal, as





privatizações, a realização do mercado único e da Europa Social, a política industrial e agrícola ou os diagnósticos da situação económica e das perspectivas da sua evolução. A ciência económica e os economistas são também, por vezes, confrontados com outras formas de saber científico ou pericial. Os debates entre sociólogos e economistas em torno dos quadros teóricos e conceptuais e dos métodos mais adequados à análise da dimensão económica da vida social — que constituem, por exemplo, o pano de fundo das entrevistas incluídas em Swedberg (1989) — assumem, nesta perspectiva, um interesse especial, na medida em que obrigam os participantes a tornar explícitos os pressupostos que, normalmente, são tomados como certos e, por isso, permanecem implícitos, nos discursos e debates internos a cada uma das disciplinas.

O mesmo se poderia dizer dos debates nas fronteiras entre a economia e a psicologia, entre a economia e a ciência política, entre a economia e o direito ou entre a economia e a ecologia. Estes debates, que transcendem as fronteiras disciplinares, têm também lugar, frequentemente, em torno da actividade de organizações ou agências ligadas à elaboração e execução de políticas públicas.

Noutros casos, ainda, os debates públicos travam-se em torno da denúncia do “economicismo” associado às intervenções do Estado ou de outros actores institucionais em domínios da vida social como a saúde, a educação, a ciência, a arte, a cultura ou o ambiente, contrapondo-lhe a defesa de outros modos de pensar esses domínios, com base noutras lógicas e noutras formas de conhecimento, envolvendo conflitos em torno da definição do “registo” (científico, técnico, ético, estético, político, etc.) apropriado à caracterização e avaliação dos fenómenos em causa<sup>8</sup>. Como notou Dorothy Nelkin (1992), estas situações de controvérsia correspondem a

momentos privilegiados para identificar com rigor o que está em causa sempre que a ciência se torna objecto de debates públicos ou fonte de argumentos nesses debates<sup>9</sup>. Elas constituem importantes “pontos de entrada” para a investigação da ciência “em acção”, incluindo a ciência económica e, em geral, as ciências sociais.

### Conclusão

Um dos postulados principais das correntes mais recentes nos estudos sociais da ciência é o da *simetria* entre as ciências da natureza e as ciências sociais, isto é, a ideia de que os mesmos recursos teóricos e metodológicos podem ser utilizados para a investigação sociológica das ciências da natureza e das ciências sociais (Latour, 1987, 1991; Santos, 1987). Têm sido raras, contudo, as incursões dos sociólogos e antropólogos das ciências nos mundos disciplinares das ciências sociais. Neste artigo, procurou-se avançar no sentido da explicitação de algumas direcções de pesquisa susceptíveis de, na sequência de alguns trabalhos pioneiros, incorporar as ciências sociais — no caso vertente, a ciência económica — na renovação em curso da sociologia das ciências e das diferentes orientações disciplinares que lhe estão próximas.

8 Seria interessante, a este propósito, alargar aos debates em torno da ciência e da técnica a abordagem desenvolvida por Nathalie Heinrich para domínios como a tauromaquia ou as artes plásticas (Heinrich, 1992). Sobre a análise sociológica das situações de controvérsia e de disputa, veja-se Boltanski e Thévenot, 1989 e 1991; Chateauraynaud, 1991; Boltanski, 1990 (especialmente as partes 1 e 3).

9 Sobre a relação entre a ciência e a elaboração de políticas públicas, veja-se o importante estudo de Sheila Jasanoff (1990) sobre as instituições públicas responsáveis pelas actividades de regulação ligadas, nomeadamente, ao ambiente, à energia e à saúde pública nos Estados Unidos. Sobre as controvérsias públicas em torno da ciência e da tecnologia, uma referência fundamental (já na sua terceira edição) é Nelkin, 1992.



## Referências Bibliográficas

- Ashmore, Malcolm; Mulkay, Michael; Pinch, Trevor (1989) *Health and Efficiency: A Sociology of Health Economics*, Milton Keynes, Open University Press.
- Atkinson, Paul (1990) *The Ethnographic Imagination: Textual Constructions of Reality*, London/New York, Routledge.
- Block, Fred (1990) *Postindustrial Possibilities: A Critique of Economic Discourse*, Berkeley/Los Angeles, University of California Press.
- Boltanski, Luc (1990) *L'Amour et la Justice comme Compétences*, Paris, A.-M. Métailié.
- Boltanski, Luc; Thévenot, Laurent (1991) *De la Justification — Les Economies de la Grandeur*, Paris, Gallimard.
- Boltanski, Luc; Laurent Thévenot (org.) (1989) *Justesse et Justice dans le Travail*, Paris, P.U.F./Centre d'Etudes de l'Emploi.
- Boyer, Robert; Chavance, Bernard; Godard, Olivier (org.) (1991) *Les Figures de l'Irréversibilité en Economie*, Paris, Editions de l'Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales.
- Brown, Richard Harvey (1977) *A Poetic for Sociology*, Chicago, University of Chicago Press.
- Brown, Richard Harvey (1987) *Society as Text*, Chicago, University of Chicago Press.
- Brown, Richard Harvey (1989) *Social Science as Civic Discourse*, Chicago, University of Chicago Press.
- Brown, Richard Harvey (org.) (1992) *Writing the Social Text: Essays on the Poetics and Politics of Social Science Discourse*, New York, Aldine de Gruyter.
- Burke, Kenneth (1989) *On Symbols and Society*, Chicago, University of Chicago Press.
- Callon, Michel (org.) (1989) *La Science et ses Réseaux*, Paris, Editions La Découverte/Conseil d'Europe/UNESCO.
- Callon, Michel; Law, John; Rip, Ari (org.) (1986) *Mapping the Dynamics of Science and Technology*, London, Macmillan.
- Cartwright, Nancy (1991) Replicability, reproducibility, and robustness: comments on Harry Collins, *History of Political Economy*, 23, 1, 143-155.
- Centre de Sociologie de l'Innovation (1992) *Ces Réseaux que la Raison Ignore*, Paris, L'Harmattan.
- Chateauraynaud, Francis (1991) *La Faute Professionnelle: Une Sociologie des Conflits de Responsabilité*, Paris, A.-M. Métailié.
- Clarke, Adele E.; Gerson, Elihu M. (1990) Symbolic interactionism in social studies of science, in Becker, Howard S.; McCall, Michal M. (org.) *Symbolic Interaction and Cultural Studies*, Chicago, University of Chicago Press, 179-214.
- Clifford, James (1988) *The Predicament of Culture*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.
- Clifford, James; Marcus, George E. (org.) 1986, *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*, Berkeley/Los Angeles, University of California Press.
- Clough, Patricia Ticineto (1992) *The End(s) of Ethnography: From Realism to Social Criticism*, Newbury Park, Sage.
- Collins, Harry M. (1985) *Changing Order: Replication and Induction in Scientific Practice*, Beverly Hills, Sage.
- Collins, Harry M. (1991) The meaning of replication and the science of economics, *History of Political Economy*, 23(1) 123-142.
- Edmondson, Ricca (1984) *Rhetoric in Sociology*, London, Macmillan.
- Fyfe, Gordon; John Law (org.) 1988, *Picturing Power: Visual Depictions and Social Relations*, London/New York, Routledge.
- Granovetter, Mark; Richard Swedberg (org.) 1991, *The Sociology of Economic Life*, Boulder, Colorado, Westview Press.
- Gusfield, Joseph R. (1981) *The Culture of Public Problems: Drinking-Driving and the Symbolic Order*, Chicago, University of Chicago Press.



- Heinich, Nathalie (1992) L'esthétique contre l'éthique ou l'impossible arbitrage: de la taumachie considérée comme un combat de registres, *Espaces et Sociétés*, 69, 39-53.
- Hirsch, Paul, Michaels, Stuart; Friedman, Ray (1987) "Dirty Hands" versus "Clean Models": Is Sociology in danger of being seduced by Economics?, *Theory and Society*, 16, 317-336.
- Hirschman, Albert O. (1977) *The Passions and the Interests*, Princeton, Princeton University Press.
- Hirschman, Albert O. (1982) *Essays in Trespassing: Economics to Politics and Beyond*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Hirschman, Albert O. (1984) *Vers une Economie Politique Elargie*, Paris, Editions de Minuit.
- Hirschman, Albert O. (1991) *The Rhetoric of Reaction: Perversity, Futility, Jeopardy*, Cambridge, Massachusetts, The Belknap Press of Harvard University Press.
- Hunter, Albert (org.) (1990) *The Rhetoric of Social Research: Understood and Believed*, New Brunswick/London, Rutgers University Press.
- Jasanoff, Sheila (1990) *The Fifth Branch: Science Advisers as Policy Makers*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.
- Klamer, Arjo (1984) *Conversations with Economists*, Brighton, Harvester Press.
- Klamer, Arjo; Solow, Robert; McCloskey, Donald N. (org.) (1988) *The Consequences of Economic Rhetoric*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Knorr-Cetina, Karin D. (1981) *The Manufacture of Knowledge: An Essay on the Constructivist and Contextual Nature of Science*, Oxford, Pergamon Press.
- Latour, Bruno (1987) *Science in Action*, Milton Keynes, Open University Press.
- Latour, Bruno (1991) *Nous N'avons Jamais Été Modernes*, Paris, Editions La Découverte.
- Latour, Bruno; Woolgar, Steve (1986) *Laboratory Life: The Construction of Scientific Facts*, Princeton, Princeton University Press.
- Lentricchia, Frank; Thomas McLaughlin (org.) (1990) *Critical Terms for Literary Study*, Chicago, University of Chicago Press.
- Lynch, Michael (1985) *Art and Artifact in Laboratory Science: A Study of Shop Work and Shop Talk in Laboratory Research*, London, Routledge and Kegan Paul.
- Lynch, Michael; Steve Woolgar (org.) (1990) *Representation in Scientific Practice*, Cambridge, Massachusetts, MIT Press.
- McCloskey, Donald N. (1983) The rhetoric of Economics, *Journal of Economic Literature*, 21, 481-517.
- McCloskey, Donald N. (1985) *The Rhetoric of Economics*, Madison, University of Wisconsin Press.
- McCloskey, Donald N. (1990) *If You're So Smart: The Narrative of Economic Expertise*, Chicago, The University of Chicago Press.
- McCloskey, Donald N. (1993) *Knowledge and Persuasion in Economics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Milberg, William (1993) Natural order and postmodernism in economic thought, *Social Research*, 60, 2, 255-277.
- Mirowski, Philip (1988) Shall I compare thee to a Minkowski, Ricardo, Leontief, Metzler matrix of the Mosak-Hicks type? Or, rhetoric, mathematics and the nature of neoclassical economic theory, in Klamer, Solow; McCloskey (org.), 117-145.
- Mirowski, Philip (1989) *More Heat than Light: Economics as Social Physics, Physics as Nature's Economics*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Mukerji, Chandra (1989) *Fragile Power: Scientists and the State*, Princeton, Princeton University Press.
- Mulkay, Michael (1985) *The Word and the World: Explorations in the Form of Sociological Analysis*, London, George Allen and Unwin.
- Nelkin, Dorothy (org.) (1992) *Controversy: Politics of Technical Decisions*, Newbury Park, Sage (3ª. edição).
- Perret, Bernard; Roustang, Guy (1993) *L'Economie contre la Société — Affronter la Crise de l'Intégration Sociale et Culturelle*, Paris, Editions du Seuil.



Pickering, Andrew (org.) (1992) *Science as Practice and Culture*, Chicago, The University of Chicago Press.

Pickering, Andrew; Stephanides, Adam (1992) Constructing quaternions: on the analysis of conceptual practice, *in* Pickering (org.), 139-167.

Santos, Boaventura de Sousa (1980) O discurso e o poder: ensaio sobre a sociologia da retórica jurídica, *in* *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Teixeira Ribeiro*, Coimbra, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Santos, Boaventura de Sousa (1987) *Um Discurso sobre as Ciências*, Porto, Afrontamento.

Santos, Boaventura de Sousa (1989) *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Afrontamento.

Swedberg, Richard (1989) *Economics and Sociology: Redefining their Boundaries*, Princeton, Princeton University Press.

Swedberg, Richard, Himmelstrand, Ulf; Brulin, Göran (1987) The paradigm of economic sociology: premises and promises, *Theory and Society*, 16, 169-213.

Thévenot, Laurent (1986) Les investissements de forme, *in* *Conventions Economiques*, Paris, P.U.F./Centre d'Etudes de l'Emploi, 21-71.

Thévenot, Laurent (1989) Economie et politique de l'entreprise. Economie de l'efficacité et de la confiance, *in* Boltanski; Thévenot (org.) 135-207.

Traweek, Sharon, (1988) *Beam Times and Life Times: The World of High Energy Physicists*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press.

Van Maanen, John (1988) *Tales of the Field: On Writing Ethnography*, Chicago, University of Chicago Press.

Weintraub, E. Roy (1991a) *Stabilizing Dynamics: Constructing Economic Knowledge*, Cambridge, Cambridge University Press.

Weintraub, E. Roy (1991b) Minisymposium: Reconstructing economic knowledge — Editor's introduction, *History of Political Economy*, 23, 1, 101-103.

Wolfe, Alan (1989) *Whose Keeper? Social Science and Moral Obligation*, Berkeley/Los Angeles, University of California Press.